



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO**

**DECRETO Nº 22 , DE 20 DE ABRIL DE 2020.**

**REGULAMENTA A APLICAÇÃO DAS  
SANÇÕES PREVISTAS PELO DECRETO  
Nº 16, DE 27 DE MARÇO DE 2020, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 23 e os incisos I e II do art. 30 da Constituição da República, bem como a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 41 do Decreto Municipal nº 16, de 27 de março de 2020 que prevê a aplicação de penalidades no caso de descumprimento das medidas de enfrentamento ao COVID – 19, como fixadas em suas normas;

CONSIDERANDO que o referido art. 41 do Decreto nº 16, de 27 de março de 2020 faz expressa menção as Lei Municipais nºs 2.632/13 e 2.249/09 que institui o Código de Posturas.

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 8º do Código de Posturas expressamente estabelece que “sempre que a multa não estiver explicitamente consignada em Lei, será arbitrada pelo Prefeito”;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 21, de 17 de abril de 2020 que autorizou a abertura de determinados segmentos do comércio e de prestadores de serviço que também remete ao referido art. 41 do Decreto nº 16, de 27 de março de 2020;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de regulamentação no tocante a aplicação das sanções pelo descumprimento das medidas de enfrentamento e de prevenção ao contágio do Coronavírus (COVID – 19) previstas no Decreto nº 16, de 27 de março de 2020 e Decreto nº 21, de 17 de abril de 2020;

**DECRETA**

**Art. 1º.** As sanções administrativas aplicáveis pelo descumprimento das medidas determinadas no Decreto Estadual nº 55.154, de 1º de abril de 2020 e nos Decretos Municipais nºs 16, de 27 de março de 2020 e 21, de 17 de abril



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO**

de 2020, nos termos do que dispõe as Leis Municipais nºs 2.249/09 e 2.632/13, Código de Posturas Municipal são as seguintes:

- a) – advertência;
- b) – multa pecuniária no valor de R\$ 1.257,40, correspondente a 05 (cinco) URM;

**§ 1º.** Na hipótese de restar verificado que o autuado, mesmo diante da aplicação das penalidades anteriormente previstas, continue a descumprir as medidas determinadas no Decreto Estadual nº 55.154, 1º de abril de 2020 e nos Decretos Municipais nºs 16 e 21, ambos de 2020, serão aplicadas ainda as seguintes penalidades:

- a) Interdição Total ou Parcial;
- b) Cassação do alvará de funcionamento;

**§ 2º.** A sanção de advertência corresponde a uma admoestação, por escrito, ao infrator, indicando as providências cabíveis para adequação ao disposto na legislação.

**§ 3º.** A sanção de multa corresponde ao pagamento de obrigação pecuniária, pelo infrator, podendo ser cumulativa com quaisquer outras sanções que venham a ser aplicadas.

**§ 4º.** A sanção de interdição total ou parcial corresponde a suspensão do alvará e, por conseguinte, da autorização para funcionamento do estabelecimento pelo período de até o final da calamidade pública

**§ 5º.** A sanção de cassação do alvará de funcionamento do empreendimento corresponde à interdição, até o final da calamidade pública, em razão do reiterado descumprimento das medidas emergenciais de prevenção, contenção de contágio e enfrentamento da epidemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), estabelecidas no Decreto Estadual nº 55.154, de 1º de abril de 2020.

**Art. 2º.** No âmbito do processo administrativo sancionador, deverão ser respeitados os direitos relativos ao contraditório e à ampla defesa ao autuado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO**

**§ 1º.** O Secretário Municipal da Saúde é a autoridade competente para decidir, após instrução probatória, sobre a aplicação das sanções administrativas em decorrência do descumprimento das medidas emergenciais determinadas em virtude da calamidade pública.

**§ 2º.** Da decisão do processo administrativo caberá recurso ao Prefeito.

**Art. 3º.** Encerrado o processo administrativo sancionador e havendo imputação de sanção de multa administrativa, o sancionado será intimado para o pagamento do valor no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da cientificação.

**Parágrafo único.** O não pagamento da multa administrativa no prazo estabelecido no *caput* deste artigo acarretará a inscrição do valor em Dívida Ativa de natureza não tributária e a respectiva cobrança judicial.

**Art. 4º.** O processo administrativo sancionador poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, pela autoridade que emanou a sanção administrativa, nos casos de surgimento de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

**Parágrafo único.** Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

**Art. 5º.** Est Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, RS, aos vinte e quatro (20) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte (2020).

IVALDO DALLA COSTA  
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se

Leda Maria Ravanello  
Secretária Municipal da Administração.